

GRECA DESMONTA O SERVIÇO PÚBLICO



Prefeito ignora concursados já aprovados para entregar gestão a entidades privadas com recursos dos impostos dos curitibanos

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO VIA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS É JEITINHO

Por Tarso Cabral Violin*

Mesmo com a edição da Constituição em 1988, que prevê um Estado Social e Democrático de Direito, os anos 1990 no país foram pautados pelo que chamamos de neoliberalismo-gerencial, com privatizações e precarização da Administração Pública, o que gerou menos Estado de Bem-Estar Social e mais corrupção.

Um dos projetos da época era o repasse da gestão de todos os serviços não-exclusivos do Estado, como os serviços sociais de educação e saúde, para as entidades do chamado “terceiro setor”. Em especial, para associações qualificadas como “organizações sociais”, com o simples intuito de fuga do regime jurídico administrativo, do concurso público, das licitações e da lei de responsabilidade fiscal.

Em Curitiba, o governo municipal da época (1997) tentou implementar o modelo na saúde e educação mas, em decorrência de uma competente oposição, conseguiu criar o modelo apenas para outras áreas, em especial na área da informática. Surgiu, assim, o ICI – Instituto Curitiba de Informática, hoje denominado de Instituto Cidades Inteligentes.

“ Em vez de ser um modelo de empoderamento da sociedade civil organizada, com o intuito de aprimorar a democracia participativa-deliberativa, o modelo surgiu para que interesses privados se sobrepusessem sobre o interesse da coletividade”

COMO FUNCIONA

O modelo é simples: em vez de um órgão ou entidade estatal realizar concurso público para a contratação de seus servidores, como médicos e professores, a gestão desse ente é repassada para uma entidade privada sem fins lucrativos, escolhida sem licitação pelo Poder Público, que fará a gestão de todo o equipamento público. Essa entidade não precisará fazer concurso público e nem licitação, não será **transparente** e o gasto com dinheiro público nessa entidade poderá fugir do controle da lei de responsabilidade fiscal. É o famoso jeitinho brasileiro. Ao invés de melhorar a gestão pública, o Poder Público simplesmente lava suas mãos e repassa toda a

OS é sinônimo de salários baixos, menos eficiência e mais gastos do governo

Via OS, a transparência do dinheiro público fica comprometida

sua responsabilidade para a iniciativa privada, sedenta por dinheiro público sem controles.

Com isso, há mais corrupção, mais nepotismo, mais clientelismo, mais fisiologismo, menor transparência e mais dinheiro público indo pelo ralo. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo já fez um estudo e comprovou que o modelo gera mais gasto de dinheiro público, **menor eficiência**, menores salários para os profissionais da saúde e maiores salários para os dirigentes das OSs.

Depois de muitos anos discutindo se o modelo era constitucional ou não, após ações diretas de inconstitucionalidade impetradas pela OAB, PDT e PT, o Supremo Tribunal Federal, após muito debate e divergência, acabou entendendo que o modelo é constitucional. Mas apenas para fins de fomento estatal para as organizações não-governamentais, e não para fins de privatização da saúde e educação.

*Tarso Cabral Violin | advogado e professor de Direito Administrativo em várias instituições do Paraná, é vice-coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direito do Terceiro Setor do PPGD-UFPR, membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-PR, mestre e doutorando (UFPR) e autor do livro “Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica (Fórum, 3ª ed., 2015).

Organizações sociais são investigadas por desvios

A operação Fonte de Ouro, desencadeada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) apura contratos do Instituto das Cidades Inteligentes (ICI, antes conhecido como Instituto Curitiba de Informática) com a prefeitura da capital paranaense desde 2009 até agora. Um dos principais alvos das investigações é a subcontratação de empresas para a realização de serviços que, contratualmente, eram de responsabilidade do ICI. (*Gazeta do Povo*)

Para o especialista Lucas de Araújo Gurgel, “as organizações sociais institucionalizam a corrupção no Brasil”. Em artigo publicado no site Jus.com.br, ele afirma que “sob o pretexto da morosidade do Poder Público, favorecem o desvio de verba pública, fato esse corroborado por diversos casos de corrupção nessas entidades que são noticiados em diversos jornais do país. Esse desvio de finalidade levou às organizações sociais a serem alcunhadas de ‘pilantrópicas’, fazendo referência ao termo ‘filantrópicas’, ligado ao humanitarismo, ajuda ao próximo, se tratando de verdadeira oposição a esse sentido”.

GRECA NÃO CHAMA APROVADOS EM CONCURSO

MÉDICOS

488 aprovados ||||| mas só 27 chamados*

ENFERMEIROS

295 aprovados ||||| ninguém chamado

TÉCNICO ENFERMAGEM E SAÚDE PÚBLICA

255 aprovados ||||| ninguém chamado

AGENTE DE ENDEMIAS

314 vagas ||||| 160 chamados

AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

590 aprovados ||||| 418 chamados

GUARDA MUNICIPAL

671 aprovados ||||| apenas 100 chamados

PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL

1368 aprovados ||||| 849** chamados

PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA

699 aprovados ||||| chamados 174 e 6 com necessidades especiais

AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES

211 aprovados ||||| 50 chamados

* www.ncufpr.br/concursos_externos

** gol.curitiba.pr.gov.br/concurso/firmConsConcursos.aspx

TERCEIRIZAÇÃO, NÃO!